

# PRPPG

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

# POLÍTICAS

2007



---

## Expediente

Reitor

Paulo Ivo Koehntopp

Vice-Reitor

Wilmar Anderle

Pró-Reitora de Ensino

Ilanil Coelho

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação

Sandra Aparecida Furlan

Pró-Reitora de Extensão e Assuntos Comunitários

Therezinha Maria Novais de Oliveira

Pró-Reitor de Administração

Martinho Exterkoetter

Coordenação Geral e Revisão

Reny Hernandes

Capa e Diagramação

Marisa K. Aguayo Garrido

# Sumário

---

Introdução.....	5
Área de Pós-Graduação .....	9
Assessoria de Qualificação Docente.....	21
Área de Pesquisa .....	33
Área de Editora.....	53
Referências .....	61





# RETORIA

## Introdução

## A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação

A preocupação da Universidade da Região de Joinville – Univille – com as questões relacionadas à pesquisa e à pós-graduação teve início muitos anos antes de a Instituição tornar-se Universidade. Em 1977 foram implantados os primeiros cursos de pós-graduação; em 1989 foi instituído o primeiro plano visando à qualificação docente, chamado Plano Emergencial de Capacitação Docente, e em 1994 foi criado o Fundo de Apoio à Pesquisa (FAP), que hoje já destina 4,0% da receita líquida da Universidade para o desenvolvimento científico da instituição.

No ano de 1993, foi criada a Pró-reitoria de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão (PROPPEX), a qual foi desmembrada, em 2001, em duas Pró-reitorias: uma de Pesquisa e Pós-graduação (PRPPG) e outra de Extensão e Assuntos Comunitários (PROEX).

A Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação agrega hoje quatro importantes setores da Universidade – Área de Pós-graduação, Assessoria de Qualificação Docente, Área de Pesquisa e Área de Editora – e sua estrutura organizacional pode ser visualizada na figura 1.

No ano de 2002, a Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação definiu sua missão e iniciou um trabalho de reformulação e readequação das normas e regulamentações vigentes em seus diferentes setores, em função da realidade e das necessidades atuais da Universidade. Esta é a sua missão:

**Promover a melhoria da qualidade do ensino e o desenvolvimento científico, tecnológico e cultural de nossa região de atuação, por meio da qualificação profissional em nível de pós-graduação, do apoio ao desenvolvimento de projetos de pesquisa e da divulgação dos seus resultados, aliando as diretrizes nacionais às demandas da região, de modo a assegurar uma melhor qualidade de vida às comunidades que servimos.**

Também em 2002 teve início um trabalho de elaboração das

políticas de cada um dos setores da Pró-reitoria, com base no projeto político-pedagógico da Universidade, nas demandas e inserções regionais e nas políticas nacionais. As propostas originais de políticas de Qualificação Institucional, de Pós-graduação, de Desenvolvimento Científico e Editorial foram aprovadas pelo Conselho Universitário em 25 de setembro de 2003. No entanto, a dinamicidade da instituição universitária, as mudanças ocorridas nas políticas nacionais de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P,D&I) e a implantação do novo Plano Nacional de Pós-graduação levaram à reformulação e à atualização deste documento.

As Políticas da PRPPG que apresentamos aqui foram aprovadas no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão do dia 23 de agosto de 2007 (Ata n.º 08/2007) e no Conselho Universitário do dia 11 de outubro de 2007 (Ata n.º 02/2007).

Profa. Sandra A. Furlan  
Pró-reitora de Pesquisa e Pós-graduação

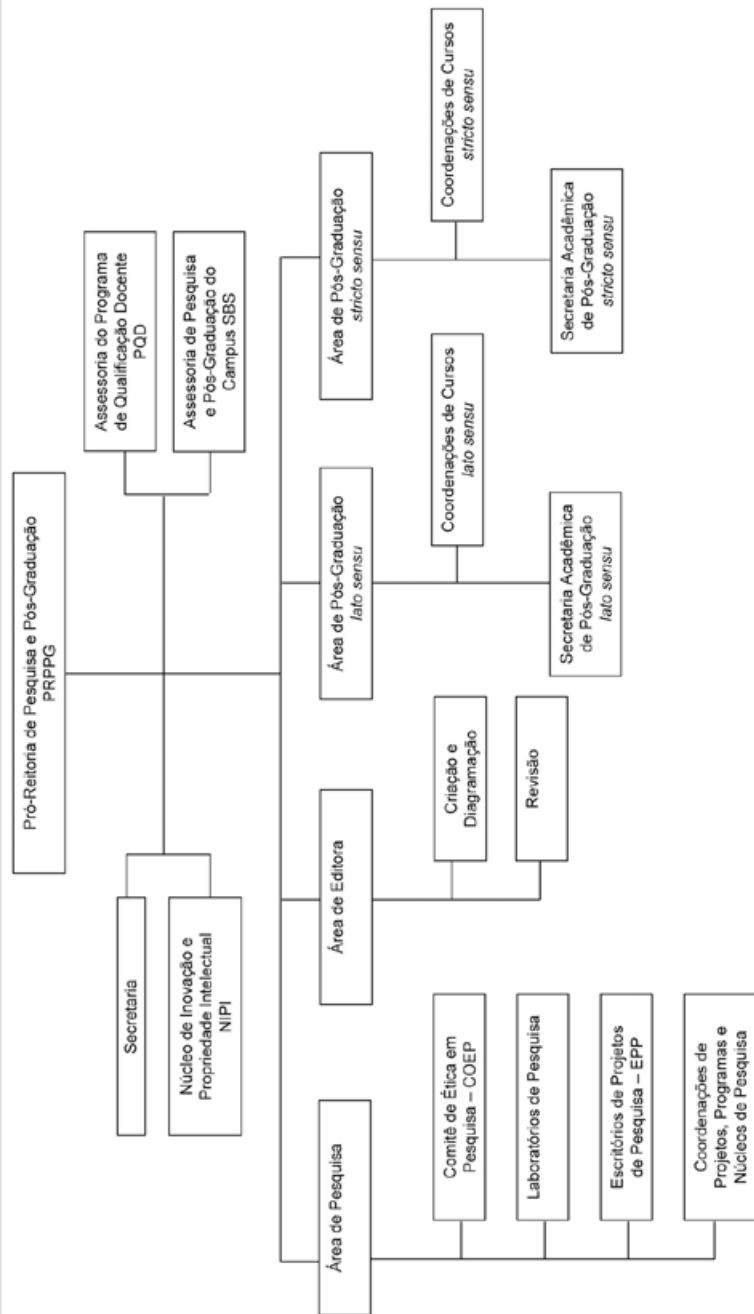


Figura 1. Organograma da PRPPG



**Área de  
Pós-Graduação**

## Panorama Nacional da Pós-Graduação

Após a publicação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB)<sup>1</sup> pelo Ministério da Educação, em 1996, a educação sofreu uma reestruturação em todos os níveis. Passou a ser conceituada de forma mais abrangente, de modo a integrar as atividades desenvolvidas nas instituições de ensino com a vida familiar e com o ambiente de trabalho, na convivência humana, nos movimentos sociais e nas manifestações culturais, aliando a formação escolar à prática social.

A LDB inseriu um novo conceito de educação denominado educação continuada. Ela se tornou a mola mestra a avançar as competências que o mercado demanda. A sociedade percebeu que, para acompanhar o ritmo da evolução dos setores produtivos e científicos, é preciso estar em contínuo aprimoramento de práticas e teorias.

O Plano Nacional de Educação, exigência estabelecida pelo artigo 214 da Constituição da República, aprovado no limiar deste milênio, expressa de forma eloqüente o clamor à universalização da educação, à melhoria da qualidade do ensino, à formação para o trabalho e à promoção humanística, científica e tecnológica do Brasil. Tanto as futuras gerações como os jovens de hoje e os adultos que se encontram no mercado de trabalho deverão estar aptos a participar dessa nova sociedade, também chamada sociedade do conhecimento e da informação. Nesse contexto, a educação superior – especialmente a de pós-graduação – desempenha um papel fundamental para formar uma massa crítica de cidadãos qualificados, criando as ferramentas essenciais para a pesquisa, para o domínio e a disseminação do conhecimento<sup>2</sup>.

A pós-graduação está organizada em dois grandes eixos: *stricto*

<sup>1</sup> BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20/12/1996. *Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional* – LDB, p. 26.

<sup>2</sup> ENCONTRO Nacional de Pós-graduação nas IES particulares. *Desafios e perspectivas do ensino de pós-graduação no setor particular*. Brasília: Funadesp, 2002, 155p.

*sensu e lato sensu.*

O nível *stricto sensu* abriga cursos de natureza mais acadêmica, voltados à geração do conhecimento e destinados à formação de pesquisadores. Compreende o mestrado e o doutorado, que incluem atividades individualizadas, acompanhadas por um orientador. No Brasil, todos os cursos *stricto sensu* devem ser regulamentados e avaliados periodicamente pelo Ministério da Educação (MEC). Autorizados para funcionamento apenas em instituições de ensino superior e institutos de pesquisa reconhecidos pelo MEC, esses cursos devem ser submetidos pelas instituições ao reconhecimento do ministério, por meio da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), e podem ser descredenciados do sistema nacional de ensino caso não cumpram os requisitos mínimos de qualidade estabelecidos.

Segundo o MEC, que regulamenta o funcionamento, mas não faz o acompanhamento sistemático de qualidade dos cursos *lato sensu*, este nível aplica-se a cursos de especialização com, no mínimo, 360 horas de duração. De um modo geral esses cursos estão voltados ao fortalecimento rápido da carreira escolhida ou à reorientação profissional, e buscam complementar habilidades e competências consideradas insuficientes com um curso de graduação.

Entre 1975 e 1986 foram formulados três planos nacionais de pós-graduação. O quarto plano – Plano Nacional de Pós-Graduação 2005-2010 (PNPG 2005-2010)<sup>3</sup> – objetiva definir novas diretrizes, estratégias e metas para dar continuidade e avançar em propostas para a política de pós-graduação e pesquisa no Brasil. Além disso, o plano propõe uma expansão do sistema de pós-graduação que leve ao expressivo aumento do número de pós-graduandos requeridos para a qualificação do sistema de ensino superior do país, do sistema de

<sup>3</sup> BRASIL. Ministério da Educação. *Plano Nacional de Pós-graduação – PNPG 2005-2010*. Brasília: Capes, 2005. 262 p.

ciência e tecnologia e do setor empresarial.

O PNPG 2005-2010 incorpora o princípio de que o sistema educacional é fator estratégico no processo de desenvolvimento socioeconômico e cultural da sociedade brasileira. Ele representa uma referência institucional indispensável à formação de recursos humanos altamente qualificados e ao fortalecimento do potencial científico-tecnológico nacional. Cabe à pós-graduação a tarefa de formar profissionais aptos a atuar nos diferentes setores da sociedade e capazes de contribuir, a partir da formação recebida, para o processo de modernização do país. Os dados disponíveis no documento demonstram, principalmente, que é no interior do Sistema Nacional de Pós-Graduação que, basicamente, ocorre a atividade da pesquisa científica e tecnológica brasileira.

Os últimos dados consolidados da educação superior brasileira, do Censo da Educação Superior 2005, apontam que em 2005 foram oferecidas 2.435.987 vagas pelo sistema de educação superior, 115.566 a mais que no ano anterior (aumento de 5%). Inscreveram-se para disputar essas vagas 5.060.956 candidatos – 6.964 a mais que em 2004 –, o que representa um acréscimo de 0,14% na demanda por vagas. Efetivamente, ingressaram na educação superior 1.397.281 novos alunos, perfazendo um total de 4.453.156 matriculados<sup>4</sup>.

Conforme dados da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)<sup>5</sup>, entre 1976 e 2006 o número de cursos recomendados saltou de 673 para 3.561, um aumento de 14,3% ao ano. Destaca-se o crescimento do doutorado, que praticamente duplicou no período de 1996 a 2006, passando de 630 para 1.222 cursos. O segmento público é responsável por 80% da oferta dos cursos de mestrado e por 89% dos cursos de doutorado. Por sua vez,

<sup>4</sup>INEP. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/default.asp>. Acesso em 2/6/2007.

<sup>5</sup>CAPEL. Disponível em: <http://www.capes.gov.br>. Acesso em 2/6/2007.

o segmento privado cresceu de forma expressiva na pós-graduação, passando de 102 cursos em 1996 para 468 em 2006 no mestrado – um crescimento de 17,1% ao ano – e de 52 para 127 cursos no doutorado, no período de 1996 a 2006 – um crescimento de 9,7% ao ano. O número de alunos matriculados também conheceu um aumento expressivo, pois passou de 37.195 em 1987 para 148.000 em março de 2007, o que significa um crescimento de aproximadamente 300% no período.

Os cursos *lato sensu* também tiveram um crescimento expressivo. De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o Brasil já tem, em 2007, 8.866 cursos de pós-graduação *lato sensu*. Desses, 89,5% são oferecidos por entidades particulares, enquanto o restante está distribuído entre as municipais (4,6%), as estaduais (3%) e as federais (2,8%)<sup>6</sup>.

Quando se examina a articulação entre a graduação e o sistema nacional de pós-graduação ao longo do tempo, constata-se que a pós-graduação nacional pôde expandir-se e consolidar-se no espaço de poucas décadas. Por outro lado, a graduação foi exposta ao sabor das conjunturas, sem o suporte de uma política educacional mais sistemática e adequada. Mesmo considerando-se que os problemas que afetam o desempenho do ensino superior de graduação sejam amplos e complexos, é fundamental que, preservando-se a especificidade de cada nível de ensino, haja uma maior integração da pós-graduação com a graduação, o que será altamente benéfico para ambos os níveis. Essa integração é de responsabilidade das instituições que ministram esses cursos. Os dados apresentados demonstram que a necessidade de capacitação de docentes, tanto para a educação básica quanto para a superior, continua sendo uma das tarefas centrais da pós-graduação brasileira<sup>7</sup>.

Desse modo, o PNPGE 2005-2010 deve ser viabilizado por meio

<sup>6</sup> Disponível em: <http://www.inep.gov.br/informativo/informativo145.htm>. Acesso em

dos planos regionais de pós-graduação, elaborados pelos Fóruns de Pró-reitores de Pesquisa e Pós-graduação – FOPROP – das diferentes regiões do País. O Plano Sul de Pós-graduação 2005-2010 (PSPG 2005-2010)<sup>8</sup> foi elaborado com base nas demandas de cada estado da Região Sul, após diagnóstico realizado pelas IES que integram o FOPROP. O plano prevê a realização de cursos de mestrado e doutorado interinstitucionais (Minter e Dinter) para qualificação docente, além de interações do tipo “casadinho”, para consolidação de cursos *stricto sensu* ainda não consolidados, e parcerias do tipo “consoiciado” para criação de novos cursos por meio de consórcios entre diferentes IES que, isoladamente, não teriam condições de promover o curso.

## Histórico da Pós-Graduação na Univille

O perfil inicial da Fundação Educacional da Região de Joinville – Furj – como instituição de ensino superior foi ditado pelas necessidades da comunidade de Joinville e região e não fugiu à vocação do seu meio. Direcionou-se para a área gerencial, alcançando *status* relevante tanto em âmbito estadual como nacional. Posteriormente, foram implantados cursos de graduação nas áreas de licenciatura para atender à demanda de professores para o ensino fundamental e o médio.

A evolução do ensino de pós-graduação foi uma consequência natural do crescimento da própria instituição e de suas necessidades no âmbito da capacitação docente (figura 2). A demanda das empresas preocupadas com o aperfeiçoamento de seus quadros exigiu respostas

---

<sup>7</sup> BRASIL. Ministério da Educação. *Plano Nacional de Pós-graduação* – PNPg 2005-2010. Brasília: Capes, 2005. 262 p.

<sup>8</sup> PLANO SUL DE PÓS-GRADUAÇÃO – PSPG 2005-2010. Documento do Fórum de Pró-reitores de Pesquisa e Pós-graduação da Região Sul – FOPROP-Sul, 2005.

concretas e imediatas da Furj, que passou a oferecer cursos de pós-graduação *lato sensu* nas áreas gerencial e empresarial.

A Furj vem, desde o ano de 1977, cumprindo seu papel dentro dos preceitos legais; para cursos de pós-graduação, obedece às disposições dos Conselhos Estadual e Nacional de Educação, visando à formação para o mercado de trabalho e à qualificação docente.

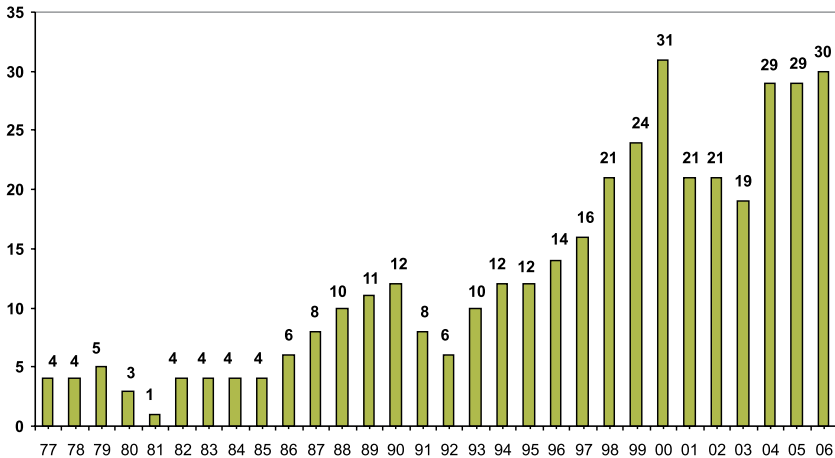


Figura 2a – Evolução do número de cursos de pós-graduação *lato sensu* no período de 1977 a 2006 na Univille

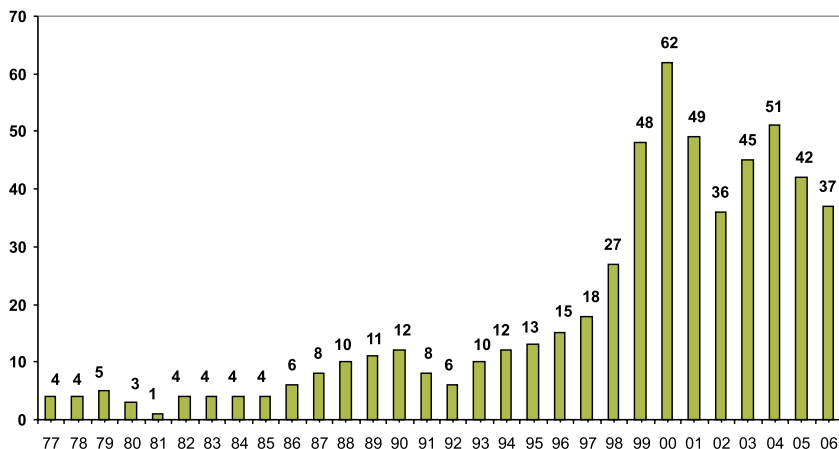


Figura 2b – Evolução do número de turmas de pós-graduação *lato sensu* no período de 1977 a 2006 na Univille

Em 1999 teve início o primeiro programa institucional de pós-graduação *stricto sensu*, com o curso de mestrado em Saúde e Meio Ambiente. O curso é dirigido a profissionais das áreas de saúde, meio ambiente e biotecnologia e tem como objetivo formar profissionais de alto nível e capacitar seus pós-graduandos ao desenvolvimento e à disseminação de conhecimentos, assim como à utilização de metodologias resultantes da integração do perfil técnico-científico das áreas afins que interagem no programa. Esse programa foi reconhecido pelo Conselho Estadual de Educação por meio do Decreto n.º 3.841, de 4 de janeiro de 2002, e pela Capes – MEC, em 25 de novembro de 2002. O curso iniciou a 6.<sup>a</sup> turma em março de 2007 e titulou, até junho de 2007, 97 mestres.

Em 2006 iniciou o curso de mestrado em Engenharia de Processos, segundo programa institucional *stricto sensu*. O curso tem como objetivos: 1.º) produzir e disseminar conhecimento voltado ao desenvolvimento e ao meio ambiente, no âmbito dos grandes paradigmas ambientais, das relações entre tecnologia, meio ambiente e

competitividade e das formas de adoção de tecnologias limpas em empresas e cadeias produtivas; 2.º) formar profissionais qualificados e aptos a atuar nas áreas industrial, acadêmica e científica, capazes de absorver e desenvolver tecnologias inovadoras, desenvolver novos materiais, produtos e processos menos poluentes e ecologicamente corretos. A proposta do curso é voltada aos profissionais das Engenharias e áreas afins. O programa foi autorizado pelo Conselho Estadual de Educação, parecer CEDS n.º 121, aprovado em 5/5/2005, e recomendado pela Capes em 21/3/2005, com publicação no Diário Oficial da União, Portaria n.º 2.642, de 27/7/2005. Em 2007 teve início a segunda turma.

## Concepção e Diretrizes da Política de Pós-Graduação da Univille

Considerando:

- a) as diretrizes e exigências nacionais para as universidades;
- b) as vocações e competências institucionais necessárias para a criação e a manutenção de cursos de pós-graduação;
- c) as demandas regionais por formação pós-graduada;
- d) as normas e regulamentações nacionais da pós-graduação;
- e) as diretrizes estabelecidas no Plano Sul de Pós-graduação 2005–2010,

estabelece-se a **Política de Pós-graduação da Univille**, inserida na concepção de educação continuada e com o objetivo de promover a qualificação profissional em nível avançado, contribuindo para a formação de cidadãos éticos, críticos, reflexivos, com visão holística e inovadora, que venham a ser veículos de disseminação do conhecimento e de transformação da sociedade.

Aspira-se, nessa ótica, a uma linha de ensino de pós-graduação, em qualquer nível, que transponha a simples apreciação da realidade física, industrial e mercadológica, contemplando, portanto, em sua prática, a preocupação com as questões sociais, econômicas, culturais, ambientais e com a formação de um profissional cidadão.

Para tanto, estabeleceu-se, na estrutura organizacional da universidade, uma forma de atuação de modo a promover constante integração da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação com as demais unidades didático-pedagógicas, a fim de identificar competências, incentivar iniciativas inovadoras e apoiar a criação e a consolidação de cursos de pós-graduação *stricto sensu* na Instituição. A criação de novos cursos deve obedecer a critérios estabelecidos pela Capes, que tomam como base a existência de corpo docente titulado e qualificado na área, grupos de pesquisa consolidados ou em consolidação e produção científica relevante. Desse modo, observa-se que a pesquisa, um dos pilares da construção de um curso de pós-graduação e da própria Universidade, será retroalimentada pelo conhecimento gerado no curso, uma vez consolidado.

Além do estreito vínculo com órgãos de fomento, como a Capes e o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), a Univille alinha-se dia a dia com outras instituições de Joinville e região, na perspectiva de aperfeiçoar, cada vez mais, seus quadros docente e técnico.

Para cumprir seu objetivo o ensino de pós-graduação está pautado nos seguintes princípios:

- qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão realizados no âmbito dos cursos;
- criatividade, inovação e pró-atividade;
- preocupação com as questões sociais, econômicas, culturais, ambientais, políticas e éticas com vistas à formação de um profissional cidadão;

- pesquisa como principal pilar da construção e da sustentabilidade de um curso de pós-graduação *stricto sensu* e, conseqüentemente, do *status* de Universidade.

E tem como finalidades:

- qualificar profissionais com competência específica e visão sistêmica, que se preocupem com as questões sociais, econômicas, culturais, ambientais, políticas e éticas;
- estimular o desenvolvimento do espírito crítico, investigativo, interventivo e inovador;
- estimular o “aprender a aprender” e a construção de conhecimento novo;
- estimular o empreendedorismo e a pró-atividade;
- ter credibilidade regional, nacional e internacional.

Para tanto, a área de pós-graduação tem como diretrizes:

- estimular os diversos departamentos da instituição, de acordo com a competência de seu corpo docente, a desenvolver projetos de cursos de especialização, mestrado e doutorado, de modo a contribuir com a consolidação da universidade;
- atender com qualidade às necessidades de formação em nível avançado dos setores educacional, industrial, comercial e de serviços da região;
- integrar a pós-graduação com a graduação, por meio do compartilhamento de docentes, da interação entre docentes e discentes nos dois níveis de ensino, da realização de projetos de pesquisa, do estágio de docência e, conseqüentemente, da produção científica conjunta;
- apoiar o fortalecimento e a consolidação dos cursos e programas existentes;
- inovar na pós-graduação *lato sensu*, por meio de novas parcerias;
- inovar na pós-graduação *stricto sensu*, por meio de novas modali-

dades de cursos (interações do tipo “casadinho”, “consoiciado”, entre outras);

- inserir os trabalhos de dissertação e tese nas linhas de pesquisa definidas no projeto pedagógico do curso;
- incentivar o ensino semipresencial e à distância na pós-graduação *lato sensu*;
- intensificar o relacionamento entre a pós-graduação da Univille e as comunidades acadêmica e externa.

## Viabilização Financeira

Os cursos *lato sensu* deverão ter orçamento próprio, de forma a considerar todos os custos, independentemente de subsídio da instituição.

Os cursos *stricto sensu* serão parcialmente subsidiados pela instituição, de modo a garantir o seu núcleo de professores permanentes.

## Regulamentação e Operacionalização

A operacionalização da política de pós-graduação seguirá as resoluções aprovadas pelo CEPE, pelo Conselho de Administração e/ou pelo Conselho Universitário, que dispõem sobre a pós-graduação, os atos normativos da PRPPG, bem como as regulamentações nacionais e estaduais vigentes.



# Assessoria de Qualificação Docente

## A Importância da Qualificação das Pessoas

O amanhecer de uma nova era para o conhecimento teve seu marco inaugural com a criação da primeira universidade em Bolonha, na Itália, em 1088. Até então, o conhecimento era disperso e restrito a pequenos grupos, com registros empoeirados de mosteiros medievais. O conceito de universidade teve o mérito de reunir os vários ramos do conhecimento e desenvolvê-los, aumentando o acesso à informação e permitindo assim a sua aplicação para melhorar a vida das pessoas.

Na atual sociedade do conhecimento, caracterizada por mudanças sucessivas em todas as áreas do saber, a única certeza organizacional que se tem é que a qualificação das pessoas não se esgota mais no ciclo tradicional da educação formal; ela passa a fazer parte do patrimônio individual, por meio do desenvolvimento das pessoas, durante toda a sua vida profissional. Se na sua origem a universidade era a grande responsável pela disseminação do conhecimento, nada mais justo que promover também a atualização permanente das pessoas que nela trabalham, capacitando-as para cumprir cada vez melhor seu papel de socializadora do saber.

Assim, o papel da qualificação das pessoas deve ser contribuir no processo de interdependência entre equipes, para maximizar o senso crítico e a energia necessária para que os profissionais possam realizar eficazmente suas funções, evoluindo deliberadamente em busca de melhores resultados.

Nesse contexto, a qualificação das pessoas visa a fortalecer sua capacidade de resolver problemas profissionais, tornando-as especialistas perspicazes e bem-informadas, à medida que galguem a escala do conhecimento, agucem e realimentem a capacidade criadora.

Em uma universidade, a qualificação profissional tem por objetivo desenvolver competências necessárias aos profissionais da

educação e aos ligados a ela, como as equipes de apoio técnico-administrativo. Tais competências são:

- aumentar o conhecimento explícito que advém dos fatos observados na educação formal;
- desenvolver a habilidade, ou seja, a arte de “saber fazer”, que envolve a proficiência prática e é adquirida, sobretudo, por eventos de treinamento e prática, incluindo o conhecimento de processos e habilidades de comunicação;
- ampliar a experiência adquirida principalmente pela reflexão sobre os erros e sucessos do passado;
- aprimorar os julgamentos de valor e, conseqüentemente, as percepções do que as pessoas acreditam estar certo;
- contribuir para a ampliação das redes sociais, melhorando o nível das relações dos indivíduos entre si;
- aperfeiçoar a prática pedagógica por meio de programas contínuos de capacitação;
- incrementar a qualificação dos docentes, incentivando a titulação em nível *stricto sensu*, de modo a promover a melhoria da qualidade do ensino de graduação e a formação de quadros para a pesquisa científica e para a pós-graduação, atendendo sempre às exigências da Lei de Diretrizes e Bases do Ministério da Educação.

## Panorama Nacional da Qualificação Docente

O documento norteador do Plano Sul de Pós-graduação – PSPG 2005-2010<sup>1</sup> – concluído em 2005, estabelece que a necessidade de expansão do sistema de Pós-graduação no Estado de Santa Catarina será atendida por meio de novos cursos e modalidades (consorciados, interinstitucionais etc.), de acordo com as prioridades regionais

<sup>1</sup> PLANO SUL DE PÓS-GRADUAÇÃO – PSPG 2005-2010. Documento do Fórum de Pró-reitores de Pesquisa e Pós-graduação da Região Sul – FOPROP-Sul, 2005.

também diagnosticadas no referido documento, tanto em termos de qualificação profissional para o mercado, quanto de qualificação para a docência.

Os dados apresentados revelam que o sistema federal concentra mais de 50% dos doutores do Estado na capital, Florianópolis. Comprovam a necessidade, no curto e no médio prazo, da formação de quadros qualificados principalmente no interior do Estado, de acordo com as demandas e vocações de cada região, de modo que se possa planejar, para o longo prazo, a implantação de novos programas de mestrado e doutorado em todas as regiões, em áreas de interesse regional, consolidando as instituições de ensino e pesquisa dessas regiões e contribuindo com o desenvolvimento científico e tecnológico, com o processo de inovação e, conseqüentemente, com o desenvolvimento sustentável das regiões.

De acordo com o Plano Nacional de Pós-Graduação 2005-2010 (PNPG 2005-2010)<sup>2</sup>, elaborado a partir dos planos regionais de pós-graduação, as instituições de ensino superior do setor privado absorviam, em 2003, 71% do alunado de graduação. Constatou-se que, nas instituições sem fins lucrativos (comunitárias, confessionais e filantrópicas), 14,7% do quadro era constituído de doutores e 40% de mestres. No setor privado com fins lucrativos, apenas 9,3% eram doutores e 38,7% mestres, enquanto as universidades públicas federais e estaduais já detinham, respectivamente, 43,3% e 37% de seus docentes com título de doutor. Os dados diagnosticados na pesquisa evidenciam a necessidade de investir fortemente na titulação dos docentes que atuam nas IES brasileiras, tendo como parâmetro a melhoria do ensino em sua fase atual e a necessidade de sua expansão qualificada, e demonstram que a necessidade de capacitação de docentes, tanto para a educação básica quanto para a superior, continua

---

<sup>2</sup> BRASIL. Ministério da Educação. Plano Nacional de Pós-graduação – PNPG 2005-2010. Brasília: Capes, 2005. 262 p.

sendo uma das tarefas centrais da pós-graduação brasileira.

## Histórico da Qualificação Docente e Técnica na Univille

Com o objetivo de incentivar e apoiar a qualificação de seu quadro docente, a Furj/Univille instituiu em 1989 o Plano Emergencial de Capacitação Docente, elaborado com base em um minucioso levantamento da titulação dos docentes da Instituição. Em 1994 foram estabelecidas as diretrizes para viabilização de apoio financeiro a docentes, funcionários e dependentes, nos ensinos fundamental, médio, superior e de pós-graduação. Entre 1996 e 1999, as diretrizes do Programa Institucional de Capacitação Docente e Técnica (PICDT), vinculado à então Pró-Reitoria de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão (PROPPEX), foram revisadas e os critérios para concessão dos benefícios foram aprimorados, permanecendo vigentes até o fim de 2001.

Entre 1996 e 2001, a Univille ofertou cerca de 100 (cem) cursos de curta duração para qualificação de seu quadro docente e técnico-administrativo, e mais de 200 (duzentos) docentes, funcionários e dependentes receberam apoio financeiro para realização de cursos de longa duração. Nesse período foram também efetivadas diversas parcerias com programas consolidados de pós-graduação para oferecimento de cursos de mestrado e doutorado na Univille, especificamente para qualificação do corpo docente. Os cursos oferecidos foram: Mestrado e Doutorado em Engenharia da Produção, Mestrado em Economia Industrial, Mestrado em Educação Física e Mestrado em Odontologia, todos com a UFSC, Ciências contábeis com a PUC-SP e Relações Econômicas e Sociais Internacionais como a Universidade do Minho (Portugal). Nesse período teve início também o 1.º Plano Sul de Pós-graduação (1.º PSPG)<sup>3</sup>, do qual a Univille participou como

instituição associada à UFSC (promotora) no oferecimento do curso interinstitucional de Mestrado em Engenharia Química. Além disso, foram efetivadas parcerias com o Programa de Mestrado em Ciência Jurídica da Univali e com os Programas de Doutorado em Ciências Ambientais e Ciências da Computação da Universidade Ca'Foscari (Veneza, Itália) para oferecimento de vagas a docentes da Univille.

Esses investimentos propiciaram, por um lado, uma melhoria considerável tanto na qualidade do ensino quanto na qualidade dos serviços técnico-administrativos prestados pela Universidade e, por outro, a melhoria da qualidade de vida dos docentes e funcionários.

No início de 2002, o Programa Institucional de Capacitação Docente e Técnica (PICDT) passou a ser substituído, em âmbito nacional, pelo Programa de Qualificação Institucional e foi dividido, institucionalmente, em quatro subprogramas: Programa de Qualificação Funcional e Programa de Benefícios e Qualificação de Dependentes, vinculados à Pró-Reitoria de Administração; Programa de Atualização Docente, vinculado à Pró-Reitoria de Ensino; e Assessoria do Programa de Qualificação Docente, vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação. Portanto, a partir deste ponto, trataremos apenas das questões relacionadas à qualificação docente.

No final de 2004 foi realizado um diagnóstico da titulação docente dos cursos de graduação da Universidade e elaborado um documento intitulado “Análise da pesquisa e da titulação docente dos cursos de graduação da Univille e subsídios para elaboração de políticas de apoio”. O objetivo desse trabalho foi estabelecer as áreas prioritárias para qualificação docente, de modo a: 1.<sup>o</sup>) assegurar a formação de doutores nas áreas específicas dos cursos de graduação, contribuindo assim para o desenvolvimento da pesquisa científica em todos os cursos; 2.<sup>o</sup>) assegurar a formação de doutores em áreas que

---

<sup>3</sup> 1.º PLANO SUL DE PÓS-GRADUAÇÃO. Documento do Fórum de Pró-reitores de Pesquisa e Pós-graduação da Região Sul – FOPROP-Sul, setembro de 2005, p. 215.

apresentem potencial para criação, em longo prazo, de cursos *stricto sensu*; 3.º) contribuir para a manutenção do *status* de universidade, buscando atingir, no mínimo, 25% do quadro docente com titulação de doutor, três cursos de mestrado e um curso de doutorado. Esse diagnóstico constituiu a base para a participação da Univille no Plano Sul de Pós-graduação – PSPG 2005-2010.

No contexto, portanto, do PSPG 2005-2010, a Univille definiu como áreas prioritárias: administração, design e direito, para a realização de cursos de mestrado interinstitucionais (MINTER), e administração, design, direito, educação, educação física e informática, para a realização de cursos de doutorado interinstitucionais (DINTER). Essas parcerias começaram a ser negociadas no final de 2005 para implementação a partir de 2007, de acordo com a disponibilidade dos programas *stricto sensu* nas respectivas áreas.

No primeiro semestre de 2007 foram assinados convênios com a PUC-RJ para oferecimento do DINTER em Design, em parceria com a UDESC, e com a PUC-PR para oferecimento do MINTER em Administração.

O Programa de Qualificação Docente contribuiu para que o quadro de mestres e doutores passasse de 68, em 1996, para 340 no final de 2006, o que corresponde a um aumento percentual de 28 para 66% em relação ao número total de docentes, que aumentou de 243 para 517 no período (quadro 1).

Os dados de dezembro de 2006 revelam que os percentuais de docentes graduados e especialistas caíram para 3% e 31%, respectivamente, enquanto os percentuais de mestres e doutores aumentaram para 53% e 13%, respectivamente.

## Concepção e Diretrizes da Política de Qualificação Docente

Título	Pessoa																							
	1996		1997		1998		1999		2000		2001		2002		2003		2004		2005		2006			
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%		
Graduado	28	11	3	12	52	17	12	47	50	11	38	11	38	10	53	9	38	8	34	8	18	3		
Especialista	119	48	134	52	72	53	218	58	253	57	229	51	258	66	318	41	227	32	228	34	151	31		
Mestre	40	15	41	15	39	27	108	27	122	28	131	30	221	39	282	43	290	48	344	50	292	58		
Doutor	3	1	3	10	3	17	5	13	4	13	4	22	5	43	7	55	9	62	10	68	10	12		
Total	293	100	287	100	288	100	338	100	418	100	418	100	505	100	604	100	607	100	628	100	628	100	57	

Quadro 1 - Evolução da titulação docente da Univille entre 1996 e 2006

Fonte: PQD, fev/07

Considerando:

- a) que o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) identifica a Universidade como principal agente de desenvolvimento científico e tecnológico do país, responsável pelo preparo de pessoas para a tarefa de realizar esse desenvolvimento e, por meio dele, promover o desenvolvimento social;
- b) que a melhor forma de integrar a população do país à civilização do conhecimento é garantir a formação de docentes capazes de produzir e extravasar a sua produção para a sociedade;
- c) que se deseja projetar a visão da Instituição como referência de universidade comunitária, em termos de qualidade de pesquisa, ensino e extensão;
- d) que o balizamento da qualidade do ensino deve levar em conta as diretrizes nacionais da educação;
- e) a manifestada preocupação dos diferentes segmentos da Univille em assegurar o *status* de universidade;
- f) as diretrizes estabelecidas no Plano Sul de Pós-graduação 2005–2010;

estabelece-se a **Política de Qualificação Docente da Univille** com o objetivo de atender à demanda dos docentes, aliada às necessidades institucionais, por qualificação em nível de pós-graduação *stricto sensu* e de pós-doutorado, tanto para contribuir com o processo de construção de conhecimento e de competências da própria Universidade, como para promover o crescimento pessoal e profissional dos

professores.

Para cumprir o objetivo de sua Política, a Assessoria do Programa de Qualificação Docente tem como diretrizes:

- realizar o diagnóstico da titulação docente dos cursos de graduação da Univille à luz das diretrizes nacionais da Educação e definir as áreas prioritárias para formação de novos mestres e doutores;
- propor critérios e requisitos para concessão e manutenção de auxílios para mestrado, doutorado e pós-doutorado, a serem aprovados pelos Conselhos Superiores da Universidade, e zelar pelo seu cumprimento;
- buscar parcerias para cursos de mestrado e doutorado interinstitucionais (Minter e Dinter) nas áreas consideradas prioritárias pela Univille no Plano Sul de Pós-graduação 2005-2010 e em planos subsequentes;
- viabilizar a qualificação, em nível de mestrado, doutorado e de pós-doutorado, de modo a promover o desenvolvimento científico e a melhoria da qualidade do ensino e garantir o reconhecimento dos cursos de graduação;
- realizar, em parceria com a Área de Pesquisa, o diagnóstico das competências institucionais para atendimento das demandas regionais em P&D e definir as áreas prioritárias para qualificação, em nível de mestrado, doutorado e de pós-doutorado, de modo a estimular as potencialidades institucionais para criação de novos cursos *stricto sensu*, assim como auxiliar a promoção do desenvolvimento científico, tecnológico e a inovação em Joinville e região.

As áreas priorizadas deverão ser reavaliadas periodicamente e divulgadas por meio de Atos Normativos da PRPPG. Caberá aos

Conselhos Departamentais manifestar-se quanto ao interesse da qualificação do docente naquela área para o curso, considerando as necessidades em termos de ensino de graduação e de pós-graduação, pesquisa e extensão, assim como posicionar-se quanto à manutenção do equilíbrio do quadro docente do curso na ausência (caso ocorra) do professor.

## Viabilização Financeira

A dotação orçamentária destinada à qualificação docente será definida anualmente pelo Conselho de Administração. Os recursos serão aplicados de modo a viabilizar:

- apoio financeiro para docentes realizarem cursos em nível de pós-graduação *stricto sensu* e de pós-doutorado, considerando-se a prioridade da área;
- apoio financeiro para oferta de cursos nas modalidades Minter (Mestrado Interinstitucional) e Dinter (Doutorado Interinstitucional) considerados prioritários para a Universidade.

Além disso, o Programa de Qualificação Docente poderá contar com auxílio financeiro da Capes e/ou da Fapesc por meio da aprovação de projetos em editais e chamadas relativas a programas especiais do governo, como o Plano Sul de Pós-graduação.

## Regulamentação e Operacionalização

A Política de Qualificação Docente é regulamentada e ope-

racionalizada por meio de resoluções específicas do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, do Conselho de Administração e/ou do Conselho Universitário e de Atos Normativos da PRPPG.



# Área de Pesquisa

## Panorama Nacional da Ciência, Tecnologia e Inovação – C,T&I

*Ciência, Tecnologia e Inovação – C,T&I – são elementos-chave para o crescimento, a competitividade e o desenvolvimento de empresas, indústrias, regiões e países. Também têm importância fundamental na determinação do estilo de desenvolvimento de regiões ou nações e na forma como este afeta no presente e afetará no futuro a qualidade de vida da população em geral e de seus diversos segmentos. Podem contribuir para a criação ou a solução de problemas humanos e ambientais. Influenciam a educação, a informação, a cultura, os costumes e a saúde. Também têm papel relevante nos desígnios da política, da segurança pública, da paz e da guerra. Por tudo isso, a busca da compreensão e o monitoramento dos processos de produção, da difusão e uso de conhecimentos científicos, tecnologias e inovações, como também dos fatores que os influenciam e de suas conseqüências, é uma tarefa que se impõe<sup>1</sup>.*

De acordo com o artigo intitulado “Pesquisa em busca de resultados”, publicado na Revista Pesquisa FAPESP – Edição Especial FAPESP 40 anos – de junho de 2002<sup>2</sup>, já está constatado que

---

<sup>1</sup> VIOTTI, E. B.; MACEDO, M. M. Indicadores de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil – uma introdução. In: *Indicadores de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil*. VIOTTI, E. B.; Macedo, M. M. (Eds.). Campinas: Editora Unicamp, p.xxi-xxxix. 2003.

<sup>2</sup> REVISTA PESQUISA FAPESP – Edição Especial 40 anos. *Pesquisa em busca de resultados*. São Paulo: Fapesc. p.79-82, jun. 2002.

no Brasil a maior parte das inovações incorporadas pela sociedade tem saído das universidades, uma vez que nelas se concentra parte expressiva da inteligência nacional. Sabendo-se que o conhecimento é hoje, mais do que ontem, o elemento fundamental para a geração de desenvolvimento das nações, o papel das universidades, no Brasil, é fundamental para o desenvolvimento tecnológico, econômico, social, cultural e ambiental.

Com base nesse contexto, o governo federal publicou, em novembro de 2003, as diretrizes da PITCE – Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior<sup>3</sup>, priorizando, como opções estratégicas, as áreas de fármacos e medicamentos, bens de capital, *software* e semicondutores.

Ainda no esforço de transformar os resultados das pesquisas científicas em produtos competitivos, a Lei da Inovação<sup>4</sup>, implementada em 2 de dezembro de 2004, surgiu como marco legal na viabilização da política e trouxe à tona a importância de instrumentalizar núcleos para incluir as universidades nos mecanismos de gestão da inovação, na qualidade de um de seus mais importantes atores.

Ações governamentais no sentido de regulamentar e viabilizar a PITCE continuam sendo realizadas. Por meio da Portaria Interministerial MCT/MDIC n.º 597, de 6 de setembro de 2006<sup>5</sup>, foram definidas as áreas da PITCE consideradas portadoras de futuro: biotecnologia, nanotecnologia e biomassa/energia renovável. A PITCE prevê ainda a contribuição “para o desenvolvimento regional, estimulando iniciativas que valorizem a dimensão espacial e o fortalecimento de arranjos produtivos locais”. Em fevereiro de 2007 foi instituída, por meio do De-

<sup>3</sup> DIRETRIZES de Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior – PITCE –, de 23 de novembro de 2003, p.23.

<sup>4</sup> BRASIL. Lei n.º 10.973, de 2 de dezembro de 2004. *Dispõe sobre incentivos à inovação e à produção científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências.* p.17.

<sup>5</sup> BRASIL. Portaria Interministerial MCT/MDIC n.º 597, de 6 de setembro de 2006. Pu-

creto n.º 6.041, a Política de Desenvolvimento da Biotecnologia<sup>6</sup>.

No entanto, segundo Brito Cruz, em seu Editorial à Revista FAPESP de junho de 2002<sup>7</sup>, se o desenvolvimento tecnológico ou das aplicações da ciência é importante e gera visibilidade devido ao interesse da mídia, continua sendo fundamental o apoio à ciência acadêmica, aquela atividade de avanço do conhecimento humano que é insubstituível para o desenvolvimento da ciência e para a formação de novas gerações de cientistas.

Além das ações voltadas à transformação dos resultados das pesquisas em riqueza para o país, outras ações governamentais surgiram no sentido de desmistificar a ciência. A prática da pesquisa científica descrita como avanço do conhecimento e instrumento pedagógico vai além da sua realização, incluindo a socialização de seus resultados não só com a comunidade científica, mas com toda a sociedade civil. A partir desse entendimento surgiu a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, em 2004. A idéia é mobilizar a população, em especial crianças e jovens, em torno de temas e atividades de C&T, valorizando a criatividade, a atitude científica e a inovação. Também se pretende chamar a atenção para a importância da ciência e da tecnologia para a vida de cada um e para o desenvolvimento do País, assim como contribuir para que a população possa conhecer e discutir os resultados, a relevância e o impacto das pesquisas científicas e tecnológicas e suas aplicações.

De acordo com Leta e Cruz (2003)<sup>8</sup>,

*Os avanços em ciência e tecnologia alcançados no século XX resultaram em importantes*

<sup>6</sup> BRASIL. Decreto n.º 6.041, de 8 de fevereiro de 2007. *Institui a Política de Desenvolvimento da Biotecnologia*. p.33.

<sup>7</sup> BRITO CRUZ, C. H. Apoio na busca do conhecimento. *Revista Pesquisa Fapescc - Edição Especial 40 anos*. São Paulo: Fapescc, p.4-5, jun.2002.

*mudanças e melhorias na vida da população do planeta e no próprio ser humano. Continua valendo, cada vez com maior intensidade, o dito por Lord Rutherford, destacado no documento “Ciência e pesquisa – Contribuição de homens do laboratório e da cátedra à magna assembléia constituinte de São Paulo”, que propôs a criação da Fapesp em 1947: “A ciência está destinada a desempenhar um papel cada vez mais preponderante na produção industrial. E as nações que deixarem de entender essa lição hão inevitavelmente de ser relegadas à posição de nações escravas: cortadoras de lenha e carregadoras de água para os povos mais esclarecidos”.*

## Histórico do Desenvolvimento Científico da Univille

Desde sua fundação, em 1967, a Furj caracterizou-se como uma Instituição Comunitária e foi direcionada principalmente para as atividades de ensino, enquanto repassadoras de conhecimentos. No entanto, seu histórico revela uma mudança nesse panorama a partir do começo dos anos 90, quando teve início seu processo de transformação em Universidade.

Em 1994 foi instituído o Fundo de Apoio à Pesquisa – FAP –, que tem permitido o desenvolvimento gradual de pesquisas científicas voltadas, principalmente, para o desenvolvimento sustentável de Joinville e região, atuando nas áreas social, cultural, artística, ambiental e tecnológica, entre outras, de modo a promover a melhoria da qualidade de vida de sua população. No entanto, o número de projetos

---

<sup>8</sup> LETA, J.; BRITO CRUZ, C. H. A produção científica brasileira. In: VIOTTI, E. B.; MACEDO, M. M. (Eds.). Indicadores de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil. Campinas: Editora Unicamp, 2003. p.121-168.

de pesquisa só passa a apresentar crescimento considerável a partir de 2002, com a criação do Núcleo de Apoio à Pesquisa – NAP –, cujos principais objetivos eram o apoio aos docentes na elaboração de projetos de pesquisa e a revisão de inglês em artigos científicos a serem submetidos a publicação. Entre 2001 e 2006 (figura 3), o número de projetos de pesquisa passou de 12 para 81 e envolveu, nesse último ano, 98 professores, o que representava 19% do corpo docente da Universidade.

O primeiro projeto apoiado por órgão de fomento governamental (PADCT/CNPq) foi implementado no ano de 1998. No ano de 2006, oito projetos dessa natureza foram desenvolvidos e mais sete estavam aprovados para implementação em 2007.

Já os projetos de interação Universidade–empresa foram efetivados um pouco mais tarde, a partir de 2003, e em 2006 havia sete projetos em andamento.

Ainda em 1994, a implantação do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica permitiu a participação de alunos dos cursos de graduação no desenvolvimento de pesquisas na Instituição. O número de projetos de Iniciação Científica tem sido crescente desde a implantação do programa, atingindo 198 alunos em 2006, como mostra a figura 3. Além disso, o Programa Institucional de Bolsas para Pesquisa foi ampliado, atingindo, a partir de 2004, os estudantes de pós-graduação *stricto sensu* (PIBPG) e, a partir de 2006, os estudantes do ensino médio do Colégio Univille (PIBIC Júnior). Em 2007 está sendo implantado o Programa de Bolsa Produtividade Científica, para estimular o crescimento e a consolidação da produção científica institucional.

Quanto aos grupos de pesquisa, durante o ano 2000 os pesquisadores da Univille se cadastraram no diretório de grupos da Plataforma Lattes do CNPq. Esse processo ocorreu de forma espontânea e a partir daí o número de grupos de pesquisa cresceu, como mostra a figura 3, chegando a 66 em 2006. Os grupos de pesquisa

da Univille estão cadastrados e distribuídos em todas as áreas do conhecimento.

Em decorrência da criação de cursos de graduação e de pós-graduação na área da saúde, foi implantado, em 2003, o Comitê de Ética em Pesquisas (COEP) da Univille, de acordo com as normas do Conselho Nacional de Saúde, a fim de analisar, à luz dos preceitos éticos, os projetos de pesquisa que envolvam seres humanos. Até o final de 2007 as atividades do Comitê de Ética deverão ser ampliadas, envolvendo também a análise das pesquisas com animais.

Quanto à inserção da Univille no cenário do sistema nacional para inovação, no ano de 2006 foi implantado o Núcleo de Inovação e Propriedade Intelectual da Universidade, com o objetivo de estabelecer, na comunidade acadêmica, a cultura da inovação, do empreendedorismo e da proteção e transferência ao setor produtivo do conhecimento gerado. Com esse propósito, foram implementadas atividades de sedimentação de conceitos, compreensão de contexto e importância da inovação e também de estímulo à integração institucional em ações articuladas para a transformação otimizada de conhecimentos, tanto internamente, quanto com o segmento socioeconômico. O compartilhamento do conhecimento gerado na academia com a sociedade já é política da Univille. As parcerias Universidade–empresa, com a interlocução e gestão do Núcleo de Inovação e Propriedade Intelectual, tornam-se mais constantes e mais direcionadas à contribuição efetiva da universidade para a inovação do país.

Além disso, em 2006 a Univille passou a integrar o grupo de governança do arranjo produtivo local – APL – madeira-móvel do Alto Vale do Rio Negrinho e busca, a partir de 2007, integrar o APL de transformados plásticos de Joinville.

No início de 2007, o Núcleo de Apoio à Pesquisa – NAP – foi transformado em Escritório de Projetos de Pesquisa – EPP –, tendo seu foco redirecionado para a elaboração ou o auxílio à elaboração

de projetos em busca de recursos externos para financiamento das pesquisas desenvolvidas na Universidade. O serviço de revisão de inglês, até então realizado pelo NAP, continuou sendo oferecido pela Instituição, porém vinculado à Área de Pesquisa.

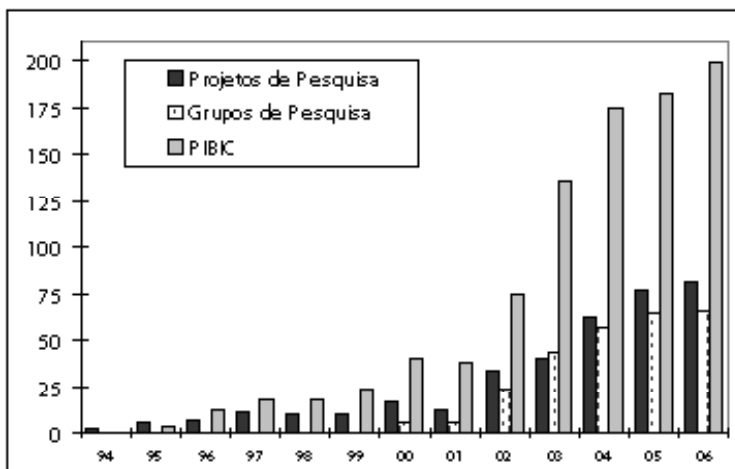


Figura 3 – Evolução da pesquisa na Univille desde a implantação do Fundo de Apoio à Pesquisa em 1994 até 2006

## Concepção e Diretrizes da Política de Desenvolvimento Científico, Tecnológico e Inovação da Univille

Considerando:

- a) que a indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão constitui o pilar de sustentação de uma universidade e que, para não cair no vazio, esse princípio deve ser contextualizado como um processo de construção e internalizado institucionalmente;
- b) a mudança de paradigma anunciada com a chegada do terceiro milênio, que traz à tona uma reflexão crítica e aponta para reformas e redirecionamentos da Política Nacional de Desenvolvimento Científico sobre a questão “de quanta e de qual ciência o Brasil precisa para superar o subdesenvolvimento e aproximar-se dos países avançados”<sup>9</sup>;
- c) que há uma mobilização entre órgãos governamentais e não-governamentais no sentido de propor políticas de desenvolvimento científico e tecnológico para todas as regiões do país na tentativa de reduzir as desigualdades<sup>10</sup>;
- d) que a ciência e seus produtos são geradores de conhecimento, bem-estar social, econômico e cultural e progresso com justiça e equidade social;
- e) a necessidade de apoiar a consolidação de áreas (biotecnologia, meio ambiente, saúde, ecologia, história e cultura) identificadas em função da titulação docente, da produção científica, dos grupos de pesquisa e da infra-estrutura existente, como detentoras de maior potencial atual de consolidação no médio prazo, cabendo-lhes, portanto,

<sup>9</sup> OS DESAFIOS da pesquisa no Brasil. *Jornal da Unicamp*, n.12, Ano I, fev. 2002. Suplemento (Caderno Temático).

<sup>10</sup> PEREGRINO, F. Um pacto federativo pela ciência. *Revista Pesquisa FAPESP*. São Paulo: FAPESP, p.6, jul.2003.

a missão de projetar a Univille nos cenários nacional e internacional de C&T e da pós-graduação *stricto sensu*;

f) a necessidade de apoiar a consolidação de áreas (educação e administração) identificadas em função do grande interesse regional, como detentoras de potencial de consolidação no longo prazo, cabendo-lhes, portanto, a missão de auxiliar a Univille a cumprir seu papel de universidade regional promovendo cursos de pós-graduação *stricto sensu* nessas áreas;

g) a preocupação central da Univille em produzir conhecimento em áreas de interesse comunitário, paralelamente à pesquisa acadêmica;

h) a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior – PITCE –, a Lei de Inovação e as demais diretrizes nacionais para C,T&I;

i) a necessidade urgente de desmistificar a pesquisa científica e disseminá-la para toda a sociedade que a financia;

j) a necessidade de ampliação da produção científica institucional, de modo a consolidar a pós-graduação *stricto sensu* e criar novos cursos, com vistas a manter o *status* de Universidade e assegurar seu reconhecimento nacional e internacional em C,T&I,

estabelece-se a **Política de Desenvolvimento Científico, Tecnológico e de Inovação – PDCTI – da Univille**, que entende a pesquisa como procedimento racional e sistemático voltado à produção do conhecimento, com o objetivo de manter um processo constante de reflexão crítica, contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino e o desenvolvimento sustentável da região. Daí a necessidade de despertar e incentivar tanto o docente quanto o discente para a importância da pesquisa científica na geração de conhecimento que permita, por um lado, a atualização constante no processo ensino-aprendizagem e o aumento da produção científica institucional e, por outro, a transformação da realidade existente em seu entorno, por meio de projetos de extensão oriundos dos resultados da pesquisa e da própria prática pedagógica.

A PDCTI está alinhada às políticas nacionais, de modo a atender ao perfil desenhado pela política industrial para o Brasil, na medida em que especializa recursos humanos e infra-estrutura para a pesquisa em áreas tidas como portadoras de futuro, como biotecnologia, biomassa e nanotecnologia, além de novos materiais. Apóia o desenvolvimento da pesquisa básica, como fonte inesgotável de saber, em todas as áreas do conhecimento. Sua vocação está dirigida à solução de problemas socioeconômicos, ambientais e de saúde, valendo-se de programas de bolsas de pesquisa para estudantes do ensino médio, da graduação e da pós-graduação; dá suporte ao pesquisador por meio de um Escritório de Projetos de Pesquisa; dá suporte à inovação por meio do Núcleo de Inovação e Propriedade Intelectual, demonstrando harmonia, coesão e amadurecimento organizacional para uma pronta e eficaz contribuição para o desenvolvimento científico e tecnológico nacional.

Para cumprir o objetivo de sua Política, a pesquisa está pautada nos seguintes princípios:

- ter inserção em todos os níveis de ensino, objetivando a integração e formação para a cidadania;
- constituir-se num ponto de referência para o desenvolvimento da região;
- promover o desenvolvimento científico, tecnológico, artístico e cultural, em todos os níveis de formação;
- estimular a multi-, a inter- e a transdisciplinaridade;
- ser base de sustentação dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* existentes e para a criação de novos cursos;
- ser agente disseminador e motivador do espírito empreendedor, criativo e inovador;
- ser agente de geração e disseminação de conhecimento novo;
- ser agente de transformação do conhecimento em riqueza para a sociedade;

- ser recurso didático-pedagógico, na busca constante da melhoria do ensino;
- buscar a proteção do conhecimento e a segurança jurídica quando da transferência de tecnologia para o setor produtivo, buscando sempre privilegiar o interesse coletivo e social, garantir a proteção do meio ambiente e da diversidade biológica do País, promover a melhoria da saúde, da qualidade de vida e do bem-estar social e o desenvolvimento científico-tecnológico de Joinville e região.

E tem como finalidades:

- gerar conhecimento novo;
- gerar competências para atuação em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), tanto nos setores acadêmicos quanto empresariais;
- contribuir para a formação de cidadãos críticos, pró-ativos, inovadores e empreendedores;
- apoiar a produção de inovação tecnológica, contribuindo para a geração de riqueza para o país e para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Para tanto, a área de pesquisa tem como diretrizes:

- promover a pesquisa em todas as áreas do conhecimento e em todos os níveis de ensino;
- promover a integração graduação–pós-graduação nas atividades de pesquisa, por meio do Programa Institucional de Apoio ao Estudante na Área de Pesquisa;
- apoiar o processo de consolidação das áreas de pesquisa consideradas estratégicas para a instituição – biotecnologia, meio ambiente, saúde, história e cultura, ecologia, educação e administração – por meio de programas institucionais de pesquisa, núcleos de pesquisa e/ou de pesquisa e extensão, projetos de pesquisa e de iniciação científica etc.;

- apoiar a consolidação das áreas consideradas estratégicas e áreas portadoras de futuro pela PITCE (fármacos e medicamentos, bens de capital, *software* e semicondutores, biotecnologia, nanotecnologia e biomassa);
- induzir a geração de competências para atuação em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) em áreas de interesse institucional e/ou regional por meio do incentivo à qualificação profissional;
- criar mecanismos que estimulem a ampliação da produção científica institucional com vistas à criação e consolidação de programas de pós-graduação *stricto sensu* e a manutenção do *status* de Universidade;
- ampliar as parcerias científicas e tecnológicas da universidade com os diferentes segmentos da sociedade;
- estimular e dar suporte à busca de recursos financeiros externos para P&D;
- promover a inovação tecnológica e proteger o conhecimento gerado na Universidade, por meio da propriedade intelectual, assegurando a titularidade à Universidade, ainda que de maneira compartilhada, na qualidade de membro atuante da comunidade joinvilense, e a justa partição dos benefícios decorrentes de sua exploração socioeconômica entre a Universidade e seus parceiros;
- promover treinamentos para elaboração de projetos de pesquisa em época de edital;
- intensificar o relacionamento entre a Área de Pesquisa e as comunidades interna e externa;
- implantar nos cursos de graduação a figura do disseminador da cultura científica;
- rediscutir constantemente as áreas de pesquisa institucionais, definindo novos enfoques e interfaces, com vistas ao desenvolvimento científico constante da Instituição, considerando as competências institucionais, as Políticas Nacionais para Ciência, Tecnologia e Ino-

vação e as demandas regionais;

- promover projetos interdepartamentais, interinstitucionais e internacionais com vistas a consolidar a cultura de produção científica na universidade;
- incentivar a socialização dos resultados das pesquisas e a intervenção direta na realidade.

Para tanto, a Univille contará com linhas de pesquisa que envolvem projetos de pesquisa básica e/ou aplicada, desenvolvidos dentro dos princípios de ética e responsabilidade, com mecanismos que possibilitem o intercâmbio científico, tecnológico e artístico e com atuação nas diversas áreas do conhecimento.

Entende-se por **áreas de pesquisa institucionais** as áreas do conhecimento definidas pelo governo federal, por intermédio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq –, de interesse da Univille, em função de sua vocação: ciências exatas e da terra, ciências biológicas, engenharias, ciências da saúde, ciências agrárias, ciências sociais aplicadas, ciências humanas e lingüística, letras e artes.

Os **Programas Institucionais de Pesquisa** são de caráter permanente e visam ao planejamento, à execução e à viabilização de projetos de pesquisa, preferencialmente ligados ao ensino e à extensão; funcionam com a anuência dos departamentos afins e devem estar inseridos nas áreas prioritárias institucionais.

Os **Núcleos de Pesquisa e/ou de Pesquisa e Extensão** são entidades com propostas interdisciplinares que se destinam a coordenar e executar atividades de pesquisa e/ou extensão em áreas afins.

Entende-se por **linhas de pesquisa** conjuntos de temas aglutinadores de estudos científicos que se enquadrem nas áreas de pesquisa institucionais e se fundamentem na tradição investigativa, de onde se originem projetos cujas propostas e resultados esperados guardem afinidade entre si.

Entende-se por **projeto de pesquisa** uma proposta de investigação científica relevante que se enquadre nas linhas de pesquisa institucionais, com início e final definidos, fundamentada em objetivos específicos, com metas claras a serem atingidas, visando à obtenção de resultados técnico-científicos ou artísticos, produção de conhecimento e formação de pesquisadores.

Entende-se por **grupo de pesquisa** aquele que envolva atividades contínuas de pesquisa, aglutinando pesquisadores que atuem em projetos em torno de linhas comuns de pesquisa.

A Área de Pesquisa conta ainda com os programas e outras instâncias institucionais de apoio à pesquisa, que têm por objetivo facilitar e viabilizar a pesquisa e gerar a inovação. São eles:

#### **a) Programa Institucional de Apoio ao Estudante na Área de Pesquisa**

Esse programa tem como objetivo despertar a vocação científica e incentivar talentos potenciais entre estudantes de graduação e pós-graduação, mediante sua participação em projetos de pesquisa, bem como estimular o desenvolvimento do pensamento científico e da criatividade, decorrentes das condições criadas pelo confronto direto com os problemas de pesquisa. Esse programa divide-se em três subprogramas:

##### **a.1) Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC**

Seu objetivo é viabilizar a participação de estudantes de graduação da Univille em projetos de pesquisa institucionais, bem como possibilitar ao aluno o desenvolvimento de projetos individuais de Iniciação Científica orientados por um professor da Instituição.

a.2) Programa Institucional de Bolsas de Pós-graduação *stricto sensu* – PIBPG

Como forma de contribuir para a consolidação de programas institucionais de pós-graduação *stricto sensu*, o PIBPG tem como objetivo viabilizar a participação de alunos de programas institucionais de mestrado e doutorado, sem qualquer tipo de vínculo empregatício, em projetos de pesquisa da Univille, e o desenvolvimento de projetos individuais.

a.3) Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica Júnior – PIBIC Júnior

Seu objetivo é estimular o desenvolvimento da vocação científica em estudantes do ensino médio do Colégio Univille e possibilitar sua convivência com estudantes da graduação, pós-graduação e com professores em situações de pesquisa, bem como estimular o desenvolvimento do pensamento científico e da criatividade, decorrentes das condições criadas pelo confronto direto com os problemas de pesquisa.

## **b) Escritório de Projetos de Pesquisa – EPP**

A função do Escritório de Projetos de Pesquisa da Univille é proporcionar as condições necessárias para que a Universidade amplie, cada vez mais, seu potencial de captação de recursos externos para o desenvolvimento da pesquisa.

c) Núcleo de Inovação e Propriedade Intelectual da Univille – NIPi

A função do Núcleo de Inovação e Propriedade Intelectual é apoiar a disseminação da cultura inovadora e empreendedora entre estudantes e professores da Universidade com orientação e suporte técnico e jurídico à proteção da propriedade intelectual e transferência de tecnologia para o setor produtivo.

Os **projetos de pesquisa institucionais** são classificados em diferentes modalidades:

- **Projetos de demanda interna anual:** aqueles que atendem à chamada anual de projetos de pesquisa da Univille e são financiados pelo Fundo de Apoio à Pesquisa – FAP.
- **Projetos de demanda externa:** aqueles propostos à Univille por empresas ou instituições públicas ou privadas, conveniadas com a Instituição, que apresentarem contrapartida financeira equivalente a pelo menos 40% do valor total do projeto. No caso de projetos de demanda externa, quando a empresa ou instituição proponente não indicar o pesquisador responsável vinculado à Univille, a Área de Pesquisa da Instituição deverá abrir edital para a sua seleção.
- **Projetos de apoio financeiro externo:** aqueles que atendem a editais ou chamadas de órgãos governamentais ou não-governamentais, nacionais ou internacionais, para obtenção de apoio financeiro, desde que tenham pesquisador responsável, ou participante vinculado à Univille.
- **Projetos vinculados a pesquisador de tempo integral:** aqueles coordenados por pesquisadores de tempo integral com dedicação parcial à pesquisa.
- **Projetos vinculados a programas institucionais de pesquisa:** fazem parte desta categoria os projetos de pesquisa vinculados aos programas institucionais que atendem às chamadas específicas da área de pesquisa e que são financiados pelo Fundo de Apoio à Pesquisa – FAP.
- **Projetos voluntários:** aqueles que não dispõem de financiamento externo ou interno e são de livre iniciativa de docentes da Instituição,

com ciência do Departamento e da PRPPG, mediante assinatura do termo de adesão voluntária, visto que as etapas propostas não poderão interferir qualitativa nem quantitativamente no desenvolvimento das atividades já assumidas por seus integrantes com a Univille.

## Viabilização Financeira

A Política de Desenvolvimento Científico é viabilizada por meio do Fundo de Apoio à Pesquisa – FAP – e por recursos correntes da Furf, que tem como objetivo apoiar financeiramente:

- os projetos de pesquisa institucionais, recomendados pelo processo avaliativo, que atendam às expectativas da Universidade, dentro de sua disponibilidade orçamentária;
- os projetos do Programa Institucional de Apoio ao Estudante na Área de Pesquisa recomendados, que atendam às expectativas da Universidade, dentro de sua disponibilidade orçamentária;
- a participação de pesquisadores em eventos científicos para divulgar os resultados das pesquisas desenvolvidas na Instituição, desde que orçada nos respectivos projetos;
- a alocação de docentes de tempo integral com dedicação parcial à pesquisa;
- o Escritório de Projetos de Pesquisa;
- o Núcleo de Inovação e Propriedade Intelectual;
- os programas institucionais de pesquisa e os núcleos de pesquisa ou de pesquisa e extensão, criados de acordo com resoluções específicas.

Recursos complementares para o desenvolvimento científico, tecnológico e a inovação deverão ser buscados em órgãos de fomento governamentais e não-governamentais, nacionais e internacionais,

iniciativa privada etc.

## Regulamentação e Operacionalização

A Política de Desenvolvimento Científico, Tecnológico e Inovação é operacionalizada por meio de Resoluções do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, do Conselho de Administração e do Conselho Universitário e por Atos Normativos das Pró-reitorias.





Área de  
Editora

## Histórico das Editoras Universitárias no Brasil

À universidade compete difundir o saber como uma instituição privilegiada, “usina” onde se produz o saber. A editora universitária identificada com a universidade é, também, privilegiada até mesmo por um argumento histórico: o livro universitário está intimamente ligado ao contexto medieval e ao momento em que surgiram as primeiras *universitas*. Em função do ensino, o livro era instrumento vital para o trabalho e a própria existência da instituição. A editoração de textos é, desde então, uma atividade inerente à instituição universitária<sup>1</sup>.

As primeiras editoras universitárias no Brasil surgiram na década de 1960, em plena época do golpe militar. A Edusp e a Editora da UnB, ligadas a universidades públicas, já nasceram sob liberdade vigiada, cumprindo metas impostas pelo governo, que provia sua manutenção. Assim, a produção editorial refletia um direcionamento e uma limitação que serviam aos interesses do poder.

Outras editoras foram surgindo de lá para cá, algumas evoluindo a partir de setores de serviços gráficos da universidade, ou ligadas a assessorias de comunicação ou pró-reitorias; outras já foram criadas como editoras propriamente ditas, ou, ainda, como núcleos ou projetos editoriais.

Com a redemocratização do país, as editoras universitárias, de modo geral, passaram a buscar políticas editoriais mais independentes e, apesar de não visarem ao lucro, começaram a buscar maior competitividade no mercado editorial, investindo mais na busca de

---

<sup>1</sup> BUFREM, L. S. *Editoras Universitárias no Brasil: uma crítica para a reformulação da prática*. São Paulo: Edusp/Com-arte; Curitiba: Editora da UFPR, 2001. p.31.

títulos e autores, bem como nos aspectos gráficos do livro.

Em 1987 foi criada a Associação Brasileira das Editoras Universitárias, que congrega, hoje, mais de 100 editoras universitárias de vários estados brasileiros. Essa Associação busca promover o desenvolvimento das editoras universitárias, contribuir nos processos de produção editorial e fomentar o intercâmbio entre as associadas, promovendo também sua participação em feiras, exposições e bienais de livros no país e no exterior.

Segundo dados da própria ABEU, as editoras universitárias vêm apresentando um desenvolvimento notável nos últimos anos e uma participação significativa no mercado editorial, publicando mais de 2.000 títulos novos por ano, cerca de 5% do total de novos títulos lançados anualmente no país, percentual que só tende a aumentar a cada ano, já que o número de editoras universitárias também cresce.

## Histórico da Editora Univille

A Editora UNIVILLE nasceu oficialmente em março de 2000, incorporando um setor de artes gráficas que já funcionava na Universidade desde o início da década de 1990, produzindo todo o material institucional e a Revista UNIVILLE, cuja primeira edição foi publicada em novembro de 1995.

Acompanhando o crescimento da universidade, a Editora foi criada para ampliar suas metas e iniciar uma produção editorial de fato. Para isso, já contava com um Conselho Editorial e um grupo de consultores e, no ano 2000, publicou seus primeiros dois livros. Desde julho/2000 a Editora UNIVILLE faz parte do Sistema ISBN (International Standard Book Number), cadastrada na Agência Brasileira controlada pela Fundação Biblioteca Nacional do Ministério da Cultura sob o código 87977. Também está associada à ABEU (Associação

Brasileira das Editoras Universitárias) desde 2001.

A grande demanda interna de serviços gráficos e publicações institucionais e a falta de uma política direcionada para livros universitários retardaram o direcionamento da Editora para a produção editorial de fato. Por isso, iniciou-se, em junho de 2002, a reformulação da Editora e de seus serviços, visando a retomar sua meta inicial. Os serviços gráficos foram transferidos ao setor de Marketing da Universidade e a Editora passou a concentrar-se nos periódicos, nas publicações institucionais e na produção de livros universitários. O Conselho Editorial foi reativado para analisar as obras passíveis de publicação. Desde então, a produção editorial vem ocorrendo em ritmo contínuo. São publicados cerca de dez novos títulos de livros por ano, três periódicos semestrais (Revista UNIVILLE, Revista Saúde e Ambiente, Revista Sul-Brasileira de Odontologia), um periódico quadrimestral (Boletim da PRPPG) e eventuais edições extraordinárias da Revista Univille, bem como vários trabalhos institucionais, a exemplo do Relatório de Atividades da Universidade, dos Calendários Acadêmicos e do próprio catálogo de obras da Editora Univille, entre outros documentos.

## Concepção e Diretrizes da Política Editorial da Editora Univille

O Conselho Editorial da UNIVILLE, considerando:

- a) o compromisso social da editora universitária como agente de disseminação do conhecimento produzido pela Universidade para a comunidade;
- b) a importância dos livros universitários e periódicos acadêmico-científicos como veículos de divulgação da produção acadêmica da Universidade;
- c) a relevância dos livros universitários e periódicos acadêmico-cien-

tíficos como instrumentos de intercâmbio de conhecimentos entre instituições congêneres, nacionais e estrangeiras;

d) o reconhecimento de que o esforço editorial só terá sentido se a publicação atingir seu público-alvo – o qual é restrito, específico e exigente – e se por ele for aceita e valorizada;

e) a necessidade de atender ao desejo e/ou à manifestação de expressão local e regional, evitando, no entanto, a endogenia;

f) a necessidade de consolidar o compromisso social da Editora por meio de produtos de qualidade devidamente catalogados e de intensificar o relacionamento entre esta área e as comunidades acadêmica e externa à Universidade,

estabelece a **Política Editorial da Editora UNIVILLE**, com o objetivo de assegurar a publicação de livros, obras didáticas, periódicos acadêmico-científicos e publicações institucionais.

Para cumprir o objetivo da Política Editorial, a Área de Editora e o Conselho Editorial têm as seguintes diretrizes:

- a) garantir o cumprimento de um plano anual de publicações;
- b) assegurar a regularidade e a continuidade da produção editorial da Editora UNIVILLE;
- c) estabelecer critérios para a aceitação de obras candidatas à publicação pela Editora;
- d) estabelecer critérios para a criação de novos periódicos e assegurar a continuidade dos periódicos já existentes, sem prejuízo de funcionamento;
- e) estabelecer responsabilidades no tocante à produção e distribuição das publicações da Editora;
- f) zelar pelo reconhecimento do direito sobre criação, produção e publicação das obras publicadas pela Editora Univille.

## **Critérios para a Seleção de Publicações**

### ***Livros***

O Conselho Editorial observará os seguintes critérios para a seleção de obras:

- a) análise da pertinência temática, originalidade e qualidade da obra;
- b) adequação à linha editorial:
  - obras de caráter didático, de autoria de professores da instituição ou de outras universidades, de interesse imediato do público acadêmico nas diferentes áreas;
  - obras de caráter acadêmico-científico, como teses e dissertações adaptadas ao formato de livro, ensaios, dicionários etc.
  - obras de caráter geral, desde que com finalidade informativa ou de cunho cultural que justifique sua publicação por uma Editora Universitária, resguardadas ainda as exigências de qualidade e originalidade, que serão aferidas pelo Conselho Editorial.

### ***Periódicos***

O Conselho Editorial observará os seguintes critérios para a criação e a manutenção de periódicos:

- a) a criação de novos periódicos da Universidade sob a responsabilidade da Editora Univille ficará restrita às áreas em que exista uma produção científica, tecnológica ou cultural, indexada em bases de dados nacionais e/ou internacionais, que justifique o lançamento de um novo título, e ao orçamento do setor solicitante, e desde que o referido periódico possa cumprir as exigências acima expostas.
- b) são condições necessárias para a criação e manutenção dos peri-

ódicos científicos:

- ter um editor responsável, um comitê editorial e um corpo consultivo permanentes, que assegurem a qualidade de seu conteúdo de modo a habilitar o periódico a futura indexação em bases de dados nacionais e/ou internacionais;
- não possuir caráter institucional nem local, sendo aberta à participação de autores em âmbito nacional e internacional;
- ter orçamento próprio e/ou patrocinadores que assegurem antecipadamente as despesas externas de impressão e acabamento de cada edição;
- observar rigorosamente o mínimo de 6 (seis) artigos por edição, aprovados pelo comitê editorial e pelo corpo consultivo do periódico;
- observar rigorosamente a periodicidade proposta, a qual deve ser, no mínimo, semestral.

### ***Publicações institucionais***

Por se tratar de textos com características muito específicas, os critérios de seleção de obras e periódicos não são aplicáveis às publicações institucionais. A responsabilidade pela editoração dessas publicações é do departamento ou setor solicitante. São trabalhos como o Relatório de Atividades, o Catálogo de Graduação, o Catálogo de Produção Científica, o Catálogo de Convênios, o Caderno de Iniciação à Pesquisa, Anais de eventos e textos similares.

A Editora responsabiliza-se pelo processo gráfico de produção da publicação institucional – diagramação, revisão ortográfica e gramatical de provas e filmes, encaminhamento do material para impressão – e o solicitante deve informar à Editora, no ato de solicitação do trabalho, todos os dados necessários para essa produção – formato, créditos, tipo de papel e de capa, tiragem, prazo de entrega, centro de custo do setor solicitante etc.

## Viabilização Financeira

O orçamento da Editora será aprovado anualmente em função do plano anual de publicações.

A Editora também fornece seus serviços de editoração como parceira na publicação de obras com patrocínio externo. Os patrocinadores arcam com o pagamento de terceiros (impressão e acabamento).

## Regulamentação e Operacionalização

A política da Editora é operacionalizada com base em resoluções específicas do Conselho de Administração e do Conselho Universitário, respectivamente, bem como por meio de atos normativos das Pró-reitorias.



# Referências

BRASIL. Decreto n.º 6.041, de 8 de fevereiro de 2007. *Institui a política de desenvolvimento da biotecnologia*. p.33.

BRASIL. Lei n.º 10.973, de 2 de dezembro de 2004. *Dispõe sobre incentivos à inovação e à produção científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências*. p.17.

BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional – LDB*, p. 26.

BRASIL. Ministério da Educação. *Plano Nacional de Pós-graduação – PNPG 2005-2010*. Brasília: Capes, 2005. 262 p.

BRASIL. Portaria Interministerial MCT/MDIC n.º 597, de 6 de setembro de 2006. *D.O. de 8.9.2006*, seção 1, p.16, v.143, n.173.

BRITO CRUZ, C. H. Apoio na busca do conhecimento. *Revista Pesquisa Fapesc - Edição Especial 40 anos*. São Paulo: Fapesc, p.4-5, jun.2002.

BUFREM, L. S. *Editoras Universitárias no Brasil: uma crítica para a reformulação da prática*. São Paulo: Edusp/Com-arte; Curitiba: Editora da UFPR, 2001. p.31.

OS DESAFIOS DA PESQUISA NO BRASIL. *Jornal da Unicamp*, n.12, Ano I, fev. 2002. Suplemento (Caderno Temático).

CAPES. Disponível em: <http://www.capes.gov.br>. Acesso em 2/6/2007.

DIRETRIZES da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), de 23 de novembro de 2003, p.23.

ENCONTRO NACIONAL de Pós-graduação nas IES particulares. *Desafios e perspectivas do ensino de pós-graduação no setor particular*. Brasília: Funadesp, 2002, 155p.

INEP. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/default.asp>. Acesso em 2/6/2007.

LETA, J.; BRITO CRUZ, C. H. A produção científica brasileira. In: VIOTTI, E. B.; MACEDO, M. M. (Eds.). *Indicadores de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil*. Campinas: Editora Unicamp, p.121-168. 2003.

PEREGRINO, F. Um pacto federativo pela ciência. *Revista Pesquisa FAPESP*. São Paulo: FAPESP, p.6, jul.2003.

PLANO SUL DE PÓS-GRADUAÇÃO – PSPG 2005-2010. *Documento do Fórum de Pró-reitores de Pesquisa e Pós-graduação da Região Sul* – FOPROP-Sul, 2005.

REVISTA PESQUISA FAPESP – Edição Especial 40 anos. *Pesquisa em busca de resultados*. São Paulo: Fapesc. p.79-82, jun. 2002.

VIOTTI, E. B.; MACEDO, M. M. Indicadores de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil – uma introdução. In: \_\_\_\_\_. (Eds.). *Indicadores de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil*. Campinas: Editora Unicamp, 2003. p.xxi-xxxix.



Campus Universitário, s/nº – Bairro Bom Retiro  
Cx. Postal 246 – CEP 89201-972 – Joinville/SC  
Tel.: (47) 3461-9141/3461-9110 – Fax: (47) 3461-9027  
e-mail: [editora@univille.br](mailto:editora@univille.br)